

## **TEMPOS DE INTOLERÂNCIA: REPRESSÃO AOS ESTRANGEIROS DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL EM SANTA CATARINA.<sup>1</sup>**

Marlene de Fáveri<sup>2</sup>

**Resumo:** A repressão do governo Vargas sobre populações de origem ítalo-germânica residentes no Estado de Santa Catarina durante a Segunda Guerra Mundial, na contingência do alinhamento do país com os Estados Unidos e contra o Eixo, fez mover ações onde se percebe a intolerância da polícia política. Homens e mulheres foram violentados nos seus direitos mais elementares, como o de ir e vir, o de falar e se expressar, e uma parte confinada em campos de concentração, ou afastada do litoral. Este texto mostra formas de repressão no contexto do alinhamento aos Aliados, as formas de ação do Departamento de Ordem Política e Social e como foram experimentadas pela população.

**Palavras-chave:** Segunda Guerra Mundial; Intolerância; Santa Catarina; Prisões políticas; Violência.

**Abstract:** The crackdown against the populations of Italian and German origins living in the State of Santa Catarina, performed by the government of Getúlio Vargas during World War II, was linked to the country's alignment with the United States against the Axis. This crackdown in action illustrates the political police intolerance during the Vargas' regime. Men and women had their most basic rights violated, with restriction of coming and going and suppression of their freedom of speech and expression. Many were confined in concentration camps, far from the coast. This article shows some of these forms of repression in the context of the Brazilian approximation to the Allies, and the actions performed by the Social and Political Order Department (DOPS) to enforce it, as well as the population reactions to it.

**Key-Word:** World War II; Intolerance; Political Prisons; Violence; Santa Catarina (Brazil)

---

<sup>1</sup> Uma versão anterior deste artigo foi originalmente apresentada no Seminário Internacional "Relações Raciais, Direito e História" na Universidade Federal de Santa Catarina, em 17 de setembro de 2007.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de História – UDESC. Email para contato: mfaveri@terra.com.br

Durante os anos em que o Brasil esteve em guerra declarada aos países do Eixo (Itália, Alemanha, Japão), entre agosto de 1942 e maio de 1945, a política do então presidente Getúlio Vargas aproximara-se dos Aliados norte-americanos na bem arquitetada política da “boa vizinhança”, levando a uma acirrada “caça” aos imigrantes ítalo-germânicos e seus descendentes que residiam no país. As estratégias de repressão, criadas através de leis e decretos, legitimaram a linha dura na perseguição de todo e qualquer estrangeiro, brasileiro naturalizado ou nascido no país que não se alinhasse à política ideológica de um Estado que geria a população nos mínimos detalhes, querendo homogeneizar condutas e sentidos, “abrasileirando-as” a qualquer custo. Em Santa Catarina, desde 1930, o interventor Nereu Ramos centrou esforços nas estratégias educativas para normalizar e regulamentar condutas, concordando com o projeto regenerador de Vargas, e amainar a difícil convivência advinda da diversidade e pluralidade cultural no Estado.<sup>3</sup> Com a guerra declarada, o projeto nacionalizador incide com força sobre esses imigrantes e descendentes na tentativa de forçá-los a se adequar ao ideal de “abrasileiramento”.

A diversidade e a pluralidade cultural têm uma historicidade própria: a partir de meados do século XIX e até a década de 1940, perto de cinco milhões de europeus vieram para o Brasil, sendo que a maior parcela migrou para os Estados do Sul do país, deslocados através de políticas imigratórias em função, sobretudo, da agricultura. Não deixaram, entretanto, de também estabelecerem-se nas cidades, formando bairros concentrados e identificados por etnias. No sul do país, colonos alemães, italianos, ucranianos, poloneses, dentre outros grupos, muitas vezes formaram comunidades e vilas, agrupados, modo mais ou menos homogêneo, de acordo com sua etnia. Em muitos casos esses agrupamentos ficaram afastados do convívio direto com a sociedade “nacional” mais ampla, até os anos de 1930. Esse distanciamento tivera origem nas características da própria colonização e dos problemas que daí advieram desde seus princípios - falta de organização eficiente para receber os imigrantes; a demora na demarcação das terras a eles designadas (lotes); o modelo de ocupação das terras, que incluía imigrantes europeus excluindo “trabalhadores nacionais”; as dificuldades de acionar procedimentos de ajuda mútua em face do povoamento disperso; a precariedade dos meios de transporte e das estradas; o atraso para receber os títulos definitivos da propriedade da terra; bem como outros fatores que dificultaram a inserção destes colonos na sociedade nacional.<sup>4</sup>

Estes imigrantes configuraram relações sociais, econômicas, políticas e culturais, e foram vistos como solução para a regeneração da raça e moralização do país, tido como atrasado e miscigenado. Entretanto, e por outro lado, foram também vistos, sobretudo a partir das duas últimas décadas do século XIX e

início do XX, como objetos de acirrados debates voltados à compreensão dos destinos da nação. Esse é o caso de Sílvio Romero, que denunciou às autoridades e à imprensa os riscos de um possível Brasil germânico, apontando para a necessidade de “integrar” essas populações por meio da assimilação cultural.<sup>5</sup> A idéia de um “perigo alemão” era discutida e dizia-se que no sul do Brasil os colonos estariam se recusando à assimilação, e mesmo que os países sul-americanos seriam anexados ao *Reich* alemão.<sup>6</sup> O sentimento de pertencimento já vinha sendo alimentado por discursos e propagandas vindas da Alemanha desde meados do século XIX, divulgando a idéia de etnia eleita, ou os alemães como portadores de uma “missão universal”, e fazia eco nas colônias. A unificação tardia da Alemanha (1871), liderada pela Prússia de Bismarck e guiada por ideais românticos, despertava o gosto pelas tradições e sentimentos nacionais, cujas manifestações apareciam através de um movimento estético, filosófico e político liderado por grupos de literatos e poetas alemães, e aguçava a busca da liberdade humana entrecruzada ao ideário de “povo escolhido”. Estes ideais apareciam nas comunidades de origem germânica no sul do Brasil, através do uso da língua, dos costumes, bem como o “espírito associativo” reafirmando o “*Deutschtum*” (cultivo da germanidade).<sup>7</sup> Os imigrantes, imbuídos deste ideário, cultivavam suas origens e mantinham um sentimento étnico que, quando da ascensão do Nazismo, não lhes tornou difícil acolher os apelos da “grande Alemanha”.

Nos anos de 1930 e 1940, após a ascensão do nazismo e com Hitler no poder (após 1933), o perigo de uma invasão alemã na América do Sul passou a ser considerado real, justificado nas idéias imperialistas do *Führer* que não escondiam o desejo de tornar a Alemanha um Império poderoso. Entretanto, muitos ideólogos estrategistas viam nessa idéia a possibilidade de conquista do mercado local, enquanto “a maioria da população era silenciosa e a sua posição, via de regra, só pode ser inferida das entrelinhas daqueles que falaram ou a partir de outras fontes”. Gertz afirma que o “perigo alemão” existiu e que o seu temor era justificado. Mostra também, entretanto, as “lamúrias” queixosas de que o germanismo (*Deutschtum*) estava decaindo nos anos de 1920, presentes nas cartas de alemães que visitavam colônias e se desapontavam com o grau de abasileiramento dos jovens tanto nas cidades quanto nas colônias. Para o autor, o “o principal local de cultivo do germanismo estava nas elites urbanas e seus aliados intelectuais”.<sup>8</sup>

Na década de 1930, com o advento do Integralismo, o receio de um “perigo alemão” volta à cena. Os discursos dos integralistas, embora exacerbadamente nacionalistas, evidenciavam a aproximação direta com a Alemanha e a Itália. Um certo “receio italiano” levava Getúlio Vargas a reprimir aqueles que se engajavam na Ação Integralista Brasileira - AIB, organização de caráter fascistóide

que havia sido fundada em 1932 por Plínio Salgado. A propaganda fascista de Mussolini ao público brasileiro foi eficaz na formação da ideologia integralista. Para isso também colaborava a aproximação – fluida e cheia de contradições – de parte da classe média italiana residente no Brasil ao Fascismo,<sup>9</sup> bem como a contribuição importante dos jornais e livros na difusão destas idéias, as sessões doutrinárias, símbolos e ritos criados em torno do Sigma.<sup>1011</sup> Mas, além dos laços que ligavam o integralismo ao nazi-fascismo, essas relações eram também marcadas por muitas divergências: os nacional-socialistas tinham como princípio manter a limpeza da raça, o que não coadunava com as idéias de mescla racial apregoadas pelos integralistas, motivo inclusive de tensões entre partidários da Aliança Integralista Brasileira e Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães - NSDAP (*National Sozialistische Deutsche Arbeiter Partei*) em Santa Catarina.<sup>12</sup> Com o acirramento das perseguições aos alemães e italianos por motivo de segurança nacional, os integralistas foram acuados sob a mira da polícia e muitos se desligaram do partido. Entretanto, em 1945, alguns daqueles adeptos se engajaram na União Democrática Nacional – UDN, partido político que nasceu dentre os descontentes com o regime de Vargas, e, no Estado de Santa Catarina, numa luta pelo poder regional, elegendo prefeitos e vereadores em 1936.

Nos anos de 1930, o Brasil acentuava as relações econômicas com a Alemanha, que, em pouco tempo, passava a ser mais importante que os Estados Unidos na economia nacional em termos de exportações e importações, o que ameaçava o poderio norte-americano, bem como a idéia de pan-americanismo. Em junho de 1936, o Brasil assinava com a Alemanha acordos comerciais que aumentavam o intercâmbio econômico com aquele país, o que levaria a suplantarem os Estados Unidos como principal país exportador até praticamente o início da Segunda Guerra. A esse acordo somava-se a elevação das representações diplomáticas entre Brasil e Alemanha, inclusive num intercâmbio de experiências no combate ao comunismo.

Esses laços com a Alemanha preocupavam sobremaneira os Estados Unidos e, após a Conferência de Buenos Aires, em dezembro de 1936, o Secretário de Estado norte-americano ofereceu recursos ao governo Vargas para a criação do Banco Central. Em 1937, o Brasil reitera os acordos com a Alemanha, enquanto os Estados Unidos acenavam com a cooperação econômica e o envolvimento político com o objetivo de assegurar sua proeminência sobre o Brasil, que se assinalava como peça importante na constituição do sistema de poder. A política de Vargas, na prática, se traduziu em uma dupla aproximação com os Estados Unidos e com a Alemanha, caracterizada por Gerson Moura como uma política de “equidistância pragmática”, um conceito explicativo/interpretativo para mostrar que o alinhamento com os EUA foi ditado por contingências do sistema

internacional, bem como a compreensão de como Getúlio Vargas fez uso das oportunidades para obter ganhos econômicos, políticos e militares.<sup>13</sup>

Vemos, neste momento, uma clara intenção norte-americana de aumentar a influência sobre o Brasil e consolidar o sistema de poder na América Latina, quando os EUA acabaram cedendo às várias exigências do Brasil em troca do abandono de relações com a Alemanha. Isso não sem barganhas, já que Getúlio Vargas fazia o jogo duplo até a entrada efetiva na guerra (a Argentina era rival do Brasil em questões comerciais, o que também pressionava por decisões e acordos econômicos vantajosos). Estes acordos favoreceram o Brasil, que modernizou seu parque industrial, com benefícios econômicos também para os Aliados, especialmente os EUA. A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial foi, segundo Seitenfus, motivada mais por questões comerciais e econômicas, do que por questões ideológicas e políticas. Com o rompimento das relações comerciais com a Alemanha e a posterior declaração de guerra, a informação de que o governo alemão exigia das firmas alemãs estabelecidas no Brasil a colaboração em serviços de espionagem contribuiu para reforçar a lógica da ação policial e muitas das empresas alemãs entraram na “lista negra”<sup>14</sup> e passaram a sofrer um “boicote” de produtos importados por parte do governo norte-americano, bloqueando as atividades de pessoas físicas ou jurídicas.<sup>15</sup> Os ocupantes dos cargos de chefias destas empresas foram substituídos por pessoas de nacionalidade brasileira, “expediente” já utilizado pelos ingleses e norte-americanos na Primeira Guerra, e com mais rigor pelos americanos na Segunda Guerra Mundial. Empresas catarinenses que detinham importância no comércio regional foram colocadas na “lista negra”. Foi o caso da empresa Hoepcke, que mantinha estreitas relações comerciais com a Alemanha e entrou na lista norte-americana em maio de 1942, e ali permaneceu até julho de 1943, quando Aderbal Ramos da Silva assumiu como diretor-presidente da Carlos Hoepcke Comércio e Indústria, empresa que passou a ter “brasileiros natos em todas as suas chefias de departamento.”<sup>16</sup>

Com o ataque japonês a Pearl Harbor, no dia 7 de dezembro de 1941, os Estados Unidos declaram guerra ao Japão e, no dia 11 de dezembro, Alemanha e Itália unem-se ao Japão e entram na guerra contra os Estados Unidos. Getúlio Vargas convoca os membros do Governo e telegrafa a Roosevelt, declarando-se solidário com os Estados Unidos, o que deflagra uma verdadeira guerra de nervos entre embaixadores dos países envolvidos. Na Conferência do Rio de Janeiro, o Brasil alinha-se aos Aliados contra o Eixo e, em 22 de agosto de 1942 (Decreto Federal n. 10.358, assinado em 31 de agosto de 1942), declarou-se o estado de guerra em todo o território nacional. Neste cenário, recrudescer a perseguição aos imigrantes e descendentes dos países ligados ao Eixo residentes no Brasil, sendo os alemães identificados com o nazismo e atuantes na causa de

Hitler, em favor da Alemanha, assim como os italianos, ao fascismo de Mussolini. Uma caçada a espiões e propagandistas do regime nazista, bem como simpatizantes, foi montada pela polícia brasileira, comandada por Filinto Muller, Chefe da Polícia Política até 1942, nomeado então chefe de gabinete do Ministério da Guerra. É possível que esta tenha sido também uma estratégia de Vargas para dissipar os temores dos Estados Unidos em virtude da simpatia deste chefe de polícia com o nazismo, numa farsa bem encenada para demonstrar que o país estava se democratizando. Ângela de Castro Gomes menciona que “durante o mês de julho de 1942, eclode uma crise política envolvendo algumas das mais importantes personalidades do governo”, e, dentre estes, Filinto Muller, cujo mote foi justamente uma disputa entre correntes simpáticas à Alemanha ou aos Estados Unidos, dentro do aparelho do Estado.<sup>17</sup>

Quando o Brasil rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo, em janeiro de 1942, esse movimento já vinha sendo induzido por pressões norte-americanas, bem como pelos planos do governo inglês para desestabilizar a economia brasileira através de boicote ou da redução das importações de mercadorias do país. Como consequência, a reação popular movida pelo descontentamento com a expectativa de desemprego. Através de acordos econômicos, e também de uma política cultural que divulgava o modo de viver americano, os Estados Unidos procuraram então se aproximar de todas as formas da América Latina – a *Revista Seleções*, por exemplo, foi um baluarte na divulgação da política de aproximação e amizade entre os EUA e os latinoamericanos, sendo o Brasil um ponto estratégico.<sup>18</sup> A política da “boa vizinhança” procurava enfatizar a igualdade soberana entre as nações das Américas, utilizando-se das mídias na propaganda ideológica. As ações da polícia política conectavam-se às estratégias governamentais de aproximação com os EUA, visando a minimizar o contato com as populações naturais e descendentes dos países do Eixo. Os meios de comunicação da época – imprensa escrita e falada, cinema, rádio – contribuíram para construir o imaginário do “perigo alemão”, transformando as pessoas naturais ou descendentes daqueles países em “inimigas” da pátria brasileira.

No Estado catarinense, as colônias eram, na sua maioria, habitadas por grande número de imigrantes e descendentes que cultivavam a língua, a cultura, a religião de origem e, no caso dos alemães, o culto à Pátria. A aproximação do Brasil com os Aliados fez recrudescer a repressão, e as mídias foram colocadas sob forte controle e censura. Em 1942, a polícia política detectou estações de rádio clandestinas com antenas transmissoras, inclusive na sede da Embaixada Alemã do Rio de Janeiro, por onde seriam enviadas mensagens de caráter secreto para a Alemanha.<sup>19</sup> O alemão Gustav Engels, por exemplo, naturalizou-se em 1934, casou com uma alemã e teve um filho brasileiro; morou em Joinville (SC),

onde trabalhou na Empresa Cia. Sul Americana de Eletricidade, filiada a uma empresa alemã. Em 1939, já havia sido recrutado como espião a serviço do Reich e chefiou a principal organização de espionagem alemã no Brasil, com o auxílio de colaboradores e de um potente rádiotransmissor clandestino, com o qual repassava informações políticas e relacionava-se com habitantes de vários países da América Latina.<sup>20</sup>

O controle dos meios de comunicação era feito pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado pelo Decreto-lei n. 1.915, de 27 de dezembro de 1939, diretamente vinculado ao gabinete presidencial e organizado, nos Estados, como Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP). Precederam ao DIP o Departamento Oficial de Publicidade (2 de julho de 1931); Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (10 de julho de 1934); Departamento Nacional de Propaganda (início de 1938). Em novembro de 1935, as licenças para operar com rádios de ondas curtas foram suspensas e o noticiário das rádios restringiu-se ao que estava sendo publicados nos jornais.<sup>21</sup> Este aparato repressivo montado pela polícia política tinha como alvo os chamados “quinta-colunas”, supostos espiões e traidores da pátria, não cabendo recursos aos acusados e detidos: a uma denúncia seguia a prisão; depois, averiguar-se-ia a veracidade do delito, ficando os suspeitos detidos em cadeias locais, ou afastados da residência, ou confinados em campos de concentração, ou enviados a prisões políticas fora do Estado, dependendo do crime praticado.

Um dos meios de comunicação mais apreendidos foi o aparelho de rádio, por motivos óbvios. Era fundamental para as comunicações e meio de contato entre submarinos e navios de guerra em alto mar, ou da costa com as bases militares. Carlo Zampari, um espião italiano preso pelo serviço secreto brasileiro, admitiu ter vindo para o Brasil com a missão de montar uma rede de rádios que espionasse e informasse sobre ações inimigas. Em toda a América do Sul existiam 40 emissoras de rádio controladas pelo *III Reich*, além de jornais e cinemas financiados por agentes nazistas, e que utilizavam emissoras de rádio clandestinas localizadas no Brasil, Argentina, Chile e no Equador, as quais estariam informando os movimentos dos navios Aliados, segundo informações confidenciais.<sup>22</sup> Aliado eficaz de Getúlio Vargas, o rádio também era útil porque permitia os usos políticos da propaganda anti-Eixo, espalhando aos recantos mais longínquos o programa *Hora do Brasil*, produzido, a partir de janeiro de 1942, pelo Departamento de Imprensa e Propaganda e irradiado pela Rádio Nacional (a mesma que fez a primeira apresentação do *Repórter Esso*, em 28 de agosto de 1941, noticiando o torpedeamento de navios brasileiros, como *Testemunha ocular da História*). Inaugurada em 12 de setembro de 1936, a *Rádio Nacional* passou a ser monopolizada pelo governo em 1940, com programas que garantiam o caráter

ideológico varguista, voltado principalmente aos trabalhadores. Os colonos, em grande parte, possuíam o aparelho e ouviam através das ondas curtas emissoras da Itália e Alemanha, na língua que conheciam, e, com a repressão, os aparelhos eram apreendidos e levados para as delegacias, ou queimados em praça pública, como aconteceu em Itajaí, em agosto de 1942, quando os policiais obrigaram proprietários destes aparelhos a ‘desfilarem’ nas ruas e depositarem-nos numa praça, ateando-lhes fogo.<sup>23</sup>

Neste contexto, entre janeiro de 1942 e maio de 1945, as ações governamentais estavam voltadas contra os “perigos” representados pela imagem do estrangeiro ou de pessoas de descendência dos países ligados ao Eixo, e a idéia de conspiração levou às perseguições policiais, legitimadas por editais e decretos. No Estado de Santa Catarina, como em todo o país, alemães, italianos, japoneses e descendentes foram os alvos suspeitos na mira da população e da polícia, o que oportunizava enfrentamentos étnicos. Com a entrada do Brasil na guerra, esta suspeição tomou forma mais explícita na imprensa, a qual veiculou artigos apresentando estrangeiros e descendentes como inimigos do país e prováveis colaboradores do Eixo, reverberando num clima de violência e denúncias. Em Florianópolis, Joinville, Blumenau e em outras cidades catarinenses houve atos públicos nos quais grupos de nacionalistas enfurecidos apedrejaram casas, picharam muros e paredes, quebraram placas de ruas e lojas e obrigaram alemães, italianos e descendentes a darem vivas ao Brasil e aos Interventores Nereu Ramos e Getúlio Vargas, atos que continuaram esporadicamente nos meses seguintes. Houve passeatas, atos cívicos, cujas faixas diziam “Morrão os ingratos!”, “Descendentes! Contra teu pai, contra teu irmão, mas pelo Brasil!”, conclamando a eliminação dos “canalhas e patifes”, divulgados na imprensa. Em Blumenau, aqueles que usavam o bigode de Hitler foram obrigados a irem à barbearia fazer uma “limpeza no rosto”, enquanto discursos eram pronunciados referindo-se aos alemães como “povo maldito”, “miseráveis boches”, sugadores de “sangue”.<sup>24</sup>

A repressão aos alemães pode ser identificada em dois momentos, e “se distinguem a partir da intensidade da ação de ambos os lados – governo brasileiro e imigrantes alemães – e dos contextos políticos nos quais se inserem”, constata Priscila Perazzo. Em 1938, ainda que de maneira isolada, iniciam-se as hostilidades contra estes imigrantes, acusados do crime de “ser estrangeiro” e, em seguida, “ser nazista”. A Embaixada alemã protestava contra a arbitrariedade das prisões, entretanto, desde este ano, percebe-se a prática repressiva policial contra alemães em geral, transformando-os em “suspeitos em potencial” de ameaça à segurança nacional.<sup>25</sup> Entre 1939 e 1942, as relações diplomáticas estremeram entre o Brasil e a Alemanha, tendo alcançado em 1942 seu ponto mais crítico, quando os prisioneiros passaram a ser tratados como inimigos de guerra,

colocados em presídios políticos sem direito à proteção jurídica. O que era uma questão nacional passou a fazer parte da negociação entre o Brasil e Aliados no campo da política internacional.

A Constituição do Estado Novo deu plenos e amplos poderes ao Executivo, constituiu um Estado forte e independente de eleições e de partidos. Os seus ideólogos entenderam que só um poder centralizado e autoritário teria condições para resolver os problemas da sociedade. Estes ideólogos buscavam suas justificativas no argumento de que a democracia formal, pautada no liberalismo, não havia dado conta de sanar os perigos por que ameaçavam o país. Não raro, recuperavam o argumento do “perigo vermelho” representado pela Intentona Comunista para argumentar que só um governo autoritário

Com a supressão dos poderes do Supremo Tribunal Federal no que tangia à guarda dos princípios constitucionais, a este restava acatar ou aplicar as leis que viessem do Executivo, ficando o presidente da República responsável por todas as medidas, mesmo aquelas praticadas pelas autoridades estaduais e municipais, as polícias (delegados) e Secretários de Segurança Pública. Por esta via, as prisões políticas eram consideradas legais, sem direito de *habeas-corpus*, sendo que uma simples denúncia ou suspeita tornava legal a prisão de supostos “traidores da pátria”.<sup>26</sup>

Em todo o país vigorava, então, esta política repressiva e que retirava qualquer direito a defesa. Mesmo sem provas, muitos homens e mulheres eram detidos nas cadeias locais ou levados às penitenciárias. Pela Constituição de 1937, no artigo 186, foi declarado estado de emergência em todo o território nacional, dando amparo legal à ordem de prisões, exílio e invasão de domicílios. Instituiu-se a prisão preventiva e legalizou-se a censura a todos os meios de comunicações. Um aspecto central da política do Estado Novo, que, como mostrou Célio Pinto, na medida que “excluía politicamente, também incluía mais completamente do que nunca, excluindo do campo político e incluindo, com a mesma radicalidade no campo social”, num jogo próprio da natureza do Estado totalitário.<sup>27</sup>

Em Santa Catarina, com a guerra declarada e o clima de tensão, houve prisões e denúncias, sendo que parte dos presos políticos passou a ser confinada na Penitenciária Agrícola da Trindade, Florianópolis, e outra no presídio político Oscar Schneider, em Joinville. Homens detidos nas comarcas do interior do Estado eram enviados para Florianópolis, para a Penitenciária Agrícola da Trindade, como suspeitos de crimes contra a Segurança Nacional. O Ministério da Justiça considerava que o internamento dos “súditos de potência inimiga” era admitido pelo direito internacional, sem formalidades, mesmo que não houvesse indício de “atividade criminosa”. Conforme correspondências por mim analisada, constantes dos acervos da Penitenciária (guardadas no Arquivo Público de Santa Catari-

na) os presos políticos por motivo de Segurança Nacional não deveriam ser “misturados” aos presos comuns, evitando contatos e o risco de “doutrinações dos súditos do Eixo”.<sup>28</sup>

Há indícios de outra prisão política em Santa Catarina, situada na Ilha dos Guarás, uma das ilhotas da Baía Norte da capital do Estado, Florianópolis, numa edificação construída em 1913 para funcionar como hospital de leprosos, local este adaptado para abrigar presos políticos considerados perigosos à Segurança Nacional. Correspondências do Departamento de Ordem Política e Social indicam que houve solicitações de vacinas, colchões e outros utensílios para atender aos presos políticos que se achavam no local. Outras referências, entretanto, não foram encontradas.<sup>29</sup>

A Penitenciária Agrícola de Trindade recolheu presos políticos desde agosto de 1942 e por todo o ano de 1943. Conforme a documentação oficial, graças à falta de verbas para manter uma Penitenciária segregada, a partir de julho do ano seguinte, presos políticos e presos comuns voltaram a ser misturados. O número exato de presos políticos nesta penitenciária não pode ser contabilizado. Segundo as correspondências oficiais, entretanto, é possível estimar que fossem em torno de mil detidos. As fontes revelam que era permitido aos presos solicitar soltura via ofício ao Conselho Penitenciário, através de pedidos de perdão e livramento de condicional dirigidos diretamente ao presidente da República.<sup>30</sup> A presença do Conselho Penitenciário no Brasil data de 1924 e ficou mais “atuante a partir de 1934, transformado em Inspeção Penitenciária, exercendo então o controle sobre todos os estabelecimentos penais do país: quanto aos “federais, pela inspeção direta e geral”; quanto “aos estaduais, pelo controle técnico do regime penitenciário”.<sup>31</sup>

Os detidos e aprisionados eram processados pelo Tribunal de Segurança Nacional. O Tribunal havia sido instituído através da lei n. 244, de 11 de setembro de 1936 (substituindo a Lei de Segurança Nacional, instituída em abril de 1935) para ter vigência temporária como um Tribunal de exceção desligado do sistema judiciário regular, agindo como um instrumento de defesa do Estado com o pretexto de punir os “rebeldes” da Intentona Comunista. Naquele momento, os opositores do governo foram encarcerados, jornais fechados, jornalistas presos, liberdades de locomoção, reunião e pensamento foram extintas, greves proibidas, e seus organizadores presos e deportados. Os militares que se manifestaram contra a Lei de Segurança Nacional eram acusados de conspiração contra o governo. Com o golpe do Estado Novo e o decreto-lei n. 431, de 18 de maio de 1938, o presidente e o ministro da Guerra estabeleceram os artigos de providências penais, definindo novas figuras criminais e a ativação deste Tribunal. O Tribunal de Segurança Nacional julgava crimes contra a integridade do Estado, contra as instituições, além de crimes contra a economia popular. Estando o país em estado de guerra, qualquer

insubordinação ou denúncia nesse sentido poderia levar o suposto criminoso a ser inquirido por este Tribunal, onde era aberto um processo.

Outro campo de concentração para presos políticos em Santa Catarina foi o Hospital Oscar Schneider, em Joinville (que era desde 1921 um hospital que abrigava doentes mentais), ativado para este fim em 1942, por determinação de Nereu Ramos, Interventor do Estado. Existem esparsos registros documentais desta prisão. São, entretanto, indícios significativos, como a referência, em 1943, a oito alemães e teuto-brasileiros procedentes de Joinville que se encontravam presos na Colônia Penal “Cândido Mendes” (Ilha Grande, Rio de Janeiro) conforme relatório do Ministério do Exterior em Bonn,<sup>32</sup> e os relatórios da Cruz Vermelha.

Sobre estes registros, Osvaldo Aranha, o Ministro das Relações Exteriores, comunicou ao Secretário de Justiça e Negócios Interiores em 19 de julho de 1943 que a Embaixada da Espanha, encarregada da proteção dos interesses dos alemães no Brasil, solicitava intercessão do Itamaraty para que um encarregado do Vice-Consulado honorário da Espanha em Florianópolis pudesse “visitar os súditos alemães que se acham internados nos campos de concentração de ‘Trindade’, perto de Florianópolis e ‘Oscar Schneider’ nos arredores de Joinville”.<sup>33</sup> Esta solicitação foi encaminhada ao Interventor Estadual em 31 de julho de 1943 e, em 30 de maio de 1944, o parecer desta visita enuncia

[...] que os alemães internados no campo de concentração de ‘Trindade’ nos arredores de Florianópolis, que necessitam de cuidados médicos são invariavelmente transportados para a sala geral do Hospital da Santa Casa, onde recebem o mesmo tratamento dispensado aos indigentes.

Em consequência, a Embaixada da Espanha solicita que esses internados sejam de futuro, hospitalizados na Casa de Saúde São Sebastião, que se acha dotada de um completo serviço cirúrgico e sanitário, acrescentando que todas as despesas correrão por conta do internado.

Na hipótese dessa medida não ser viável, solicita a referida missão diplomática que os enfermos sejam recolhidos à sala de primeira classe do referido Hospital da Santa Casa, visto que as mais das vezes, os casos de hospitalagem são de caráter grave e urgente.

O Ministério das Relações Exteriores agradece ao da Justiça e Negócios Interiores o obséquio de habilitá-lo, com a possível urgência, a dar uma resposta sobre o assunto à Embaixada da Espanha.<sup>34</sup>

Deste relatório resultam correspondências entre Julio Trinton, Chefe do Gabinete Interino da Presidência, e Nereu Ramos Filho, Secretário da Interventoria Federal do Estado de Santa Catarina.<sup>35</sup> Não sabemos, entretanto, se as providências solicitadas pela Embaixada foram efetivamente tomadas. O pare-

cer da embaixada da Espanha diz que os internos no campo de concentração da Trindade estavam sofrendo maus tratos e necessitavam de assistência médica, havendo inclusive casos de emergência hospitalar. O parecer não fala do campo de Oscar Schneider que, ao que parece, não foi inspecionado. Entretanto, no Relatório do Ministério do Interior em Bonn, em 1944, consta que:

A instituição ‘Oskar Schneider’ é um prédio antigo, vizinho do Cemitério de Joinville. Funcionava antigamente como hospício. O local não é insalubre. A vigilância está a cargo de uma divisão de polícia, sob as ordens de um sargento, que é comandante da instituição. Os internados estão alojados em celas espaçosas. A administração fornece apenas a cama, mas neste meio tempo os internados já puderam prover-se de colchões e cobertores próprios. Em cada cela há uma mesa e um banco, há chuveiros e pias, bem como um grande salão para jogos de bastão e quintal para passeios e jogos de bola. Os presos não são obrigados a nenhum tipo de trabalho; muitos se dedicam a diversos trabalhos manuais. Periodicamente os internados recebem a visita de um médico. Em casos de acidentes ou doenças graves, ocorre a transferência para o hospital municipal. Não são realizados cultos dominicais. Visitas de familiares apenas são permitidas com autorização especial, com exceção do Natal, quando há uma permissão geral. As cartas são limitadas a 15 linhas.<sup>36</sup>

Não foi possível averiguar com exatidão o número de presos políticos em Santa Catarina nos anos da guerra. Os documentos oficiais omitem informações (foram em grande parte destruídos após a guerra, por interesses óbvios), porém, os jornais locais noticiavam diariamente sobre prisões em todo o Estado, entremeadas às denúncias de “eixistas”, expulsões, desapropriações, conspirações, aparelhos de rádio apreendidos, demissões, bem como informes do que estava ocorrendo no Brasil. Tudo isso formava o imaginário de medo, que estimulava a população a denunciar os “inimigos da pátria”, o que efetivamente ocorreu. Por outro lado, também noticiavam e publicavam cartas de pessoas que se diziam patriotas e abjuravam solenemente as idéias “eixistas” e/ou integralistas, como fizeram, por exemplo, Alfredo Kilmack, Donald Ritzmann e Otto Roesler Filho, que se diziam “comerciantes e industriais que ainda moços inexperientes, viram-se arrastados por uma nefanda propaganda alienígena.”<sup>37</sup>

Segundo o relatório do Departamento de Ordem Política e Social, entre janeiro de 1942 e janeiro de 1943, foram efetuadas 695 detenções por motivo de Segurança Nacional, sendo que destes detentos, 456 foram postos em liberdade por não se ter apurado gravidade; 15, por terem os processos arquivados pelo Tribunal de Segurança Nacional; e 2, por pena cumprida no mesmo Tribunal,

sendo que os demais continuavam detidos naquela data, incluindo 36 deles que estavam cumprindo pena na Ilha Grande - Colônia Penal Cândido Mendes.<sup>38</sup> Já nas fichas constantes nos processos abertos pelo Tribunal de Segurança Nacional, especificamente do Estado de Santa Catarina, verifica-se que o número final é 6.036, mas somente 293 processos estão disponíveis, sem notícias dos demais, e em números alternados até o fim da guerra, o que dificulta aproximações sobre quantas foram estas prisões.

A permanência nestas penitenciárias variava conforme a gravidade do crime de lesa-pátria, mas principalmente pela forma arbitrária com que a polícia agia – dias, semanas, meses, anos, dependendo qual o motivo da detenção. Nas cadeias locais, ficavam poucos dias ou semanas, mas, se encaminhados às Penitenciárias, a saída tornava-se mais difícil, lembrando que aqueles considerados mais “perigosos” ficaram praticamente o tempo em que durou o estado de guerra. O engenheiro alemão e natural de Dresden, Hanz Walter Taggesell, radicado em Lages (SC), por exemplo, esteve durante dezesseis meses no Presídio da Trindade, de agosto de 1942 a dezembro de 1943. Considerado suspeito em potencial – chegara ao Brasil em 1924 – era culto, erudito, inserido na sociedade local e de situação financeira estável, tendo sido um dos organizadores da Ação Integralista Brasileira, e destacado como propagandista das idéias de Hitler, conforme consta da documentação anexa ao processo aberto no Tribunal de Segurança Nacional (TSN).<sup>39</sup>

O crime de doutrinação e conspiração era, para a polícia política, um dos mais graves, e não havia dúvidas que Hans conspirava: “O que Hitler fez até hoje é verdadeira surpresa, ao passo que no Brasil que atualmente o aspecto é bem triste”; ou, conforme outra carta, de 7 de setembro de 1939: “Não obstante ter-me posto à disposição da embaixada alemã, nós aqui somente podemos limitar-nos a difundir tanto quanto possível a verdade sobre a Alemanha e isto também é feito com todo o esforço.” As cartas revelam ainda as dificuldades de recrutar dirigentes, além de constar do processo cerca nas 44 fotografias apreendidas na casa de Hans, todas enaltecendo Hitler e a Alemanha. Entretanto, após escrever uma extensa carta ao TSN, em maio de 1943, dizendo-se inocente, Hans foi absolvido em setembro do mesmo ano por “insuficiência de provas”. Levando em consideração que tanto o advogado de defesa quanto os depoentes a seu favor faziam parte da relações políticas e econômicas do Estado<sup>40</sup> – é possível imaginar que essas relações tenham contribuído para o resultado do processo.

Já que a polícia política trabalhava na perspectiva da “lógica da suspeição”, vários outros suspeitos foram detidos e ficaram à disposição da Delegacia de Ordem Política e Social até ser finalizado o inquérito, que podia durar dois, três, seis e até doze meses ou mais. É verdade que as redes de espionagem e

contra espionagem existiam, mas , durante o Estado Novo, tendo em vista o “perigo alemão” e a atuação da polícia política, muitos alemães, italianos, japoneses e por vezes descendentes destes, foram presos sem que se comprovassem crimes. Bastava uma denúncia e eles eram imediatamente tirados de circulação. Eram enviados ao interior do Estado, em lugares de “isolamento” ou “confinamento”, afastados das cidades do litoral e zonas de fronteira, ou ficavam nas delegacias locais, ou ainda eram enviados para as Penitenciárias montadas para este fim. Em Santa Catarina, foram várias as casas de isolamento em que ficaram muitos homens, retirados do convívio social e familiar e aí permanecendo por tempo indeterminado, ou uma espécie de exílio onde deveriam ficar confinados, e onde, caso não acatassem as ordens, eram encaminhados às Penitenciárias ou campos de concentração.

A Constituição de 1937 previa que, em estado de guerra ou de emergência, o presidente da República poderia autorizar a detenção em edifício ou local não destinado a réus de crime comum; bem como o desterro para outros pontos do território nacional ou a residência forçada em determinadas localidades do mesmo território, com privação da liberdade de ir e vir. Medidas como essas foram colocadas em prática no Estado catarinense, conforme aponta um documento oficial datado de janeiro de 1943: “O afastamento dos súditos do Eixo da faixa litorânea é, não há como negar, medida de prudência que vem contribuir eficazmente para a segurança do país, dela se beneficiando muito particularmente nossa navegação de cabotagem”.<sup>41</sup>

Essa forma de *internamento* foi prática comum na Segunda Guerra, onde muitas pessoas foram enviadas a esses lugares de reclusão dos indesejáveis.<sup>42</sup> Em Santa Catarina, os afastados foram localizados em Bom Retiro, Lages e São Joaquim, segundo Relatório da Ordem Social. De acordo com o mesmo documento, entre janeiro de 1942 e janeiro de 1943, foram afastados 49 homens de Florianópolis; 100 de Itajaí; 57 de São Francisco do Sul; 26 de Laguna e Imbituba, e 260 de Chapecó,<sup>43</sup> ou seja, portos e região de fronteira. Entretanto, o relatório omite outros campos de afastamento, como o de Timbé do Sul, no sul do Estado, onde as memórias dos sobreviventes deste tempo recordam com detalhes precisos o cotidiano e as formas como eram tratados.

No que tange às relações internacionais, não há dúvidas de que foram os acordos econômicos com ganhos a partir do alinhamento com os Estado Unidos (Aliados) que deram o teor das práticas repressivas mais contundentes. Afinal, era preciso mostrar um aparato eficaz de repressão aos que não aceitassem a situação posta. Evidentemente havia espíões e nazistas infiltrados nas redes de poder político e econômico, e as ligações com o Partido Nazista e simpatias à Alemanha existiam. Entretanto, René Gertz mostra que houve fortes oposições

àquelas idéias, motivadas pelo medo de que o Partido assumisse a liderança sobre os teutos no Brasil e, por isso, o número de membros permaneceu muito baixo. Analisando fontes diversas, Gertz chega ao número máximo de 5.000 membros do Partido Nazista no Brasil. Nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, havia entre 400 e 500 partidários, dentro de um universo de cerca de 25.000 nascidos na Alemanha nestes dois Estados.<sup>44</sup>

Noto que, a partir das profissões dos 69 presos políticos ligados ao Partido Nazista em Florianópolis/Trindade, em dezembro de 1943, os partidários nazistas constituíam um distinto grupo social urbano, os quais mantinham ligações diretas com empresas e consulados alemães, dependendo deles para sua sustentação econômica dentro da colônia alemã existente em São Paulo ou Florianópolis.<sup>45</sup> Portanto, para além das intrincadas redes de poder e interesses econômicos que tornaram viáveis tanto o alinhamento aos EUA quanto a entrada do Brasil na guerra, questões culturais, ideológicas e políticas mobilizaram pessoas que se viram obrigadas a tomarem uma posição, e, grosso modo, o país dividiu-se entre delatores e delatados. Mas, não sejamos ingênuos: de ambos os lados havia intolerâncias e abusos de poder, culminando em violências.

Outras ações da polícia política no contexto da guerra fizeram com que homens e mulheres fossem violentados nos seus direitos mais elementares: o direito de ir e vir, o de falar e se expressar, o de comunicar-se com os familiares através de correspondências, o de guardar fotografias e objetos da memória familiar, o de enterrar seus mortos e praticar suas crenças religiosas e/ou políticas na língua de origem, o de fazer mudança ou viajar sem autorização, o de exercer a cidadania. As estratégias de repressão, criadas através de leis e decretos, legitimaram a linha dura na perseguição de todo e qualquer estrangeiro, brasileiro naturalizado ou nascido em país que não se alinhasse à política ideológica de um Estado que geria a população nos mínimos detalhes, querendo homogeneizar condutas e sentidos, tornar os estrangeiros em brasileiros a qualquer custo. Homens e mulheres estavam vivenciando e resistindo às normatizações; foram também afastadas de casa, e deixaram cartas dirigidas aos governantes, onde se lêem contundentes apelos pelo retorno ao lar. Santa Catarina era um Estado visado em função da composição de sua população, em grande parte imigrantes de alemães e italianos e seus descendentes, com cidades, vilas e comunidades rurais que cultivavam a cultura e a língua de origem pátria, e foi alvo das políticas de “brasileiramento”, recebendo inclusive contingentes de soldados de outras partes do país para fazer a guarda e manter a ordem, como os Batalhões de Infantaria e de Caçadores, tendo à frente a 5ª Região Militar, sediada em Curitiba.

O aparato repressivo montado pela polícia política, através do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, tinha como alvo os chamados “quin-

ta-colunas”, supostos espiões e traidores da pátria, não cabendo recursos aos acusados e detidos: a uma denúncia, a prisão; depois, averiguar-se-ia a veracidade do delito, ficando os suspeitos detidos em cadeias locais, ou afastados da residência, ou confinados em campos de concentração, ou enviados a prisões políticas fora do Estado, isso dependendo do crime praticado, na ótica da polícia. A polícia política estabelecia com a população uma relação de poder na medida em que esquadrihava a conduta e a fala das pessoas, com o auxílio de “inspetores de quarteirão”,<sup>46</sup> oportunizando denúncias entre vizinhos e uma rede de rumores. As pessoas conviviam com o medo da prisão ao menor deslize na língua (um Edital da Segurança Pública, de janeiro de 1942, proibia o uso da língua de origem), agravado com o temor de castigos físicos, estratégia disciplinadora presente nas práticas e representações deste controle sobre o outro, sobretudo sobre estrangeiros e descendentes.

Foi recorrente em todo o Estado a prática de obrigar o detido que resistisse à prisão a engolir óleo – diesel queimado, rícino, misturas de gasolina com óleos, sendo possível ver um sentido simbólico de “batismo”, ou forma de humilhar e fazer abrasileirar-se através da violência física, mas também psicológica, forçando-o a renegar sua cultura e seus valores. Não havia garantias de cidadania no governo Vargas; um governo despótico alçado à imagem do corpo político da nação, com todo o poder e fazendo o jogo de ser amado e temido, não coadunava com instituições democráticas. No jogo da inclusão/exclusão, os estrangeiros, mesmo que naturalizados, eram excluídos de direitos de cidadania e incluídos nas penalidades.

O fato de *tornar-se brasileiro* não dava ao torturado nenhuma garantia de eximir-se de culpas, pelo contrário, o discurso o desenhava traidor; nas memórias dos torturados, ainda hoje reverbera um silêncio. Esta era uma prática fascista, que reduzia o torturado à condição de animal, e provocava mortes nas prisões em função da desidratação. “Às razões políticas do silêncio acrescentam-se aquelas, pessoais, que consistem em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais”, argumenta Michael Pollak, sobre o “esquecimento” do pós-guerra francês.<sup>47</sup> Era um domínio de ninguém – ou “um sistema intrincado de departamentos nos quais nenhum homem, nem um único nem os melhores, nem a maioria nem a minoria, pode ser tomado como responsável”, percebendo que talvez fosse essa “a mais formidável forma de dominação”.<sup>48</sup> Terminada a guerra, nenhuma responsabilidade foi apurada; pelo contrário, construiu-se uma memória de heroísmo dos militares na luta contra o que chamavam de “quistos étnicos”, e outras memórias enaltecendo os heróis do *front* na Itália, os ex-combatentes.

Se o projeto nacionalizador se esmerou em homogeneizar a todos e integrá-los à pátria brasileira, muitas pessoas driblavam as normas e exerciam seus

poderes – homens e mulheres, no calor da guerra, escreveram cartas, dissimularam, inventaram estratégias, desafiaram as autoridades, mobilizavam-se. A intolerância e arroubos de ocasião ficaram nas memórias, retidas nos sentidos, cada qual à sua maneira: uns com medo, outros com rancor e raiva, outros, ainda, com a certeza de que foi necessário extirpar o ideário nazista e seus adeptos da convivência na cidade, mas todos vivendo sob a contingência das leis e decretos num governo autoritário e centralizador. Em maio de 1945, dia 8, a guerra terminou. Nas cidades e vilas, se fizeram comemorações com bandeiras do Brasil e bandeiras brancas da paz, desfraldadas pela população. Era melhor que terminasse, e já era tempo de ter os combatentes de volta – os que podiam voltar – da Itália. Era a hora de fazer as pazes com os vizinhos. Sim, ninguém que viveu aquele momento esquece detalhes que marcaram, porque tiveram significado e aparecem nas franjas do cotidiano, reelaborados e detalhados.

---

## NOTAS

<sup>3</sup> CAMPOS, Cynthia Machado. *Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração*. Florianópolis: UFSC, 2008.

<sup>4</sup> SEYFERTH, Giralda. "A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito", In FAUSTO, Boris (org). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da USP, 1999.

<sup>5</sup> ROMERO, Silvio. *O alemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar*. Rio de Janeiro: Heitor Ribeiro, 1906.

<sup>6</sup> Na Primeira Guerra, sentimentos patrióticos e nacionalistas fizeram provocar tensões entre brasileiros e alemães, quando discursos pangermanistas evocavam a 'grande Alemanha', motivados também pela criação, na Alemanha, em 1890, da Liga Pangermânica (Alldeutsche Verband), organização com fundos nacionalistas e que verbalizava sentimentos de pertencimento veiculados nas colônias, inclusive com auxílio econômico às escolas e organizações, com intensa divulgação da nacionalidade alemã.

<sup>7</sup> CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas: A proibição de falar alemão e as resistências no sul do Brasil*. Florianópolis: Ed. Autores Catarinenses, 2006.

<sup>8</sup> GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991, p. 17-43.

<sup>9</sup> BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, ANPUH, 2001.

<sup>10</sup> Em 1937, eram mais de um milhão de associados em todo o Brasil, com 115 jornais em circulação; em Santa Catarina havia 10 jornais integralistas.

<sup>11</sup> CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999.

<sup>12</sup> FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Editora da UNIVALI, 2000.

<sup>13</sup> MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

<sup>14</sup> Entrava na "lista negra" a empresa suspeita de colaborar com os nazistas, negociar com a Alemanha, ou de relações destas empresas e/ou pessoas de origem alemã, italiana ou nipônica, supostamente ligadas aos países do Eixo (era The proclaimed list of certain blocked nationals).

<sup>15</sup> QUINTANEIRO, Tânia. Dilemas da cooperação: conflitos gerados pela política das 'Listas Negras' no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 49, p. 78-98, 2006.

<sup>16</sup> *Ofícios Recebidos de Diversos* – Jan/dez. 1943. Palácio do Governo. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - APESC. Nas décadas que antecederam a Segunda Guerra Mundial, a família Hoepcke em Florianópolis era proprietária de grande parte dos imóveis, lojas, fábricas, estaleiros, com filiais em diversos municípios do interior, comercializando direto com a Alemanha. Cf. CZESNAT, Lúcia de Oliveira. As estruturas das atividades comerciais da Empresa de Carl Hoepcke e Cia no contexto catarinense. 1980. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1980.

<sup>17</sup> GOMES, Ângela de Castro. História e historiadores: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

<sup>18</sup> JUNQUEIRA, Mary Anne. Ao sul do Rio Grande: Imaginando a América Latina em Seleções: Oeste. Wilderness e fronteira (1942-1979). São Paulo: Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

<sup>19</sup> PERAZZO, Priscila. O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

<sup>20</sup> HILTON, Stanley. A guerra secreta de Hitler no Brasil. A espionagem alemã e a contra espionagem aliada no Brasil, 1939-1945. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

<sup>21</sup> GOULART, Silvana. Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero; CNPQ, 1990.

<sup>22</sup> Ofício NP/38/94 (00) – 945. I(81) (30). IJI “1382” – Ministério da Justiça, Secretaria de Segurança Nacional. “Cópia de Ofícios Recebidos” de Autoridades Diversas (1941-1942). Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>23</sup> FÁVERI, Marlene de. Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. 2.ed. Florianópolis: Ed. UFSC; Itajaí: UNIVALI, 2005.

<sup>24</sup> Apareceram em O Estado, A Gazeta, A Notícia, Gazeta de Blumenau, de 18 a 30 de agosto de 1942. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>25</sup> PERAZZO, Priscila. O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999, p. 197-199.

<sup>26</sup> ALVES, Paulo. O poder judiciário no Estado Novo. História, São Paulo, UNESP, 1993.

<sup>27</sup> PINTO, Céli Regina. Foucault e as constituições brasileiras: quando a lepra e a peste se encontram com os nossos excluídos. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 2, n. 24, Editora da UFRGS, jul./dez, 1999.

<sup>28</sup> FÁVERI, Marlene de. Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC; Itajaí: UNIVALI, 2004.

<sup>29</sup> MACEDO, Janaina Santos. Campos de concentração em Santa Catarina e os conflitos envolvendo alemães e descendentes durante o Estado Novo. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

<sup>30</sup> Ofícios da Penitenciária JD/I/E/S – Pe – 1943/4. APESC. Todos esses ofícios estão numerados de 01 a 381.

<sup>31</sup> CANCELLI, Elizabeth. O mundo da violência: a polícia na era Vargas. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 184. Este Conselho era formado por homens (só homens) inseridos nas relações das elites do Estado e ligados ao poder público (advogados, médicos, secretários de Estado, juízes, promotores, etc), ou aqueles que representavam o poder e tinham a fala autorizada e legitimada, portanto, intermediadores entre os presos políticos e o governo da República.

<sup>32</sup> Arquivo Político do Ministério do Exterior em Bonn. Microfilme 24, Arquivo Histórico de Joinville. Trad. Maria Thereza Böebel.

<sup>33</sup> SGX/410/945.1 (81) (42). Carta de Osvaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, ao Secretário dos Negócios Interiores, Rio, em 19 de julho de 1943. Assunto: Visita aos detidos alemães nos campos de concentração de “Trindade” e “Oscar Schneider”. Cartas Recebidas dos Ministérios – 1941/1944 – Palácio do Governo. APESC.

<sup>34</sup> GPM/594 – 44. DPD/294/945. I(81) (42). Assunto: Assistência Médica dispensada aos internados no campo de concentração “Trindade”. Ofício com carimbo do gabinete. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1944. Cartas... idem. APESC.

<sup>35</sup> G/3807 (GMP 594-44). Carta de Julio Trinton, Chefe do Gabinete Interino da Presidência, Rio, a Nereu Ramos Filho, Secretário do Interventor Federal, Santa Catarina, em 14 de junho de 1944. Cartas... idem. APESC.

<sup>36</sup> Situação dos alemães no estado de Santa Catarina. Arquivo Político do Ministério do Exterior em Boon. Microfilme no. 24. Arquivo Histórico de Joinville.

<sup>37</sup> Jornal A Gazeta, 03/09/1942 e 19/09/1942. Outras notas aparecem nas edições de 06/09/1942 e 30/09/1942 do mesmo jornal. Biblioteca Pública do estado de Santa Catarina.

<sup>38</sup> Relatório da Delegacia de Ordem Política e Social, relativo ao período entre 27/01/1942 a 27/01/1943. Março de 1943. Acervo Privado de João Batista Ramos Ribas (Antonio de Lara Ribas). Florianópolis, SC.

<sup>39</sup> Processo-crime n. 3.307 – Hans Walter Taggesell (Apelação n. 1.640). Fichário: Santa Catarina. Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Da página 05 a 107 do processo estão as cartas em alemão; da página 108 a 124, as traduções para o português.

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> Ofício No. 9 – B/O, do General de Divisão da 5a Região Militar, Curitiba, Newton de Andrade, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 09 de janeiro de 1943. Ofícios do Ministério da Guerra para Palácio do Governo – Livro 1942-1944. APESC.

<sup>42</sup> Limbo, na terminologia de Hannah Arendt, observando como essa prática dos regimes totalitários destrói a pessoa jurídica e moral, culminando por aniquilar a dignidade, condição para o inteiro domínio do outro, matando sua identidade por inteiro e justificando, assim, os massacres. ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. 3. ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 496 e seguintes.

<sup>43</sup> Relatório do Delegado de Ordem Política e Social, Capitão Antonio de Lara Ribas, Florianópolis, ao Secretário de Ordem Política e Social, Antonio Carlos Mourão Ratton, Florianópolis, em março de 1943. Pasta: Acervo privado de João Batista Ramos Ribas (filho de Antonio de Lara Ribas). Florianópolis.

<sup>44</sup> GERTZ, René. O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

<sup>45</sup> Ofício (cópia) de Antonio de Lara Ribas, Delegado de Ordem Política e Social de Santa Catarina, para Antonio Carlos Mourão Ratton, Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina. Florianópolis 03/12/1943. Ministério da Justiça, Seção de Segurança Nacional IJ1 “1382”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>46</sup> Homens designados pelo poder público para ouvir e delatar os falantes em outra língua e/ou que professassem ideologias contrárias à pátria brasileira.

<sup>47</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução Dora Rocha Flaksman. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 06, Vértice; FGV, 1983.

<sup>48</sup> ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 33.